



PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

TRAJETÓRIAS DA CARTOGRAFIA: DA COLONIALIDADE A DESCOLONIALIDADE

Cassio Expedito Galdino Pereira¹ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0987-6258>
Brenda Martoni Mansur Corrêa da Costa² - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4786-0193>
Keila Maria Bezerra de Lima Ferreira³ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6326-4423>

¹ Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil*

² Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil**

³ Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil***

Artigo recebido em 12/09/2021 e aceito em 27/01/2022

RESUMO

O presente artigo busca mostrar a trajetória da Cartografia desde a colonialidade até a descolonialidade, com o intento de discutir o papel do ativismo cartográfico contra o projeto do sistema-mundo colonial instaurado na modernidade para impor a dominação do território, do ser, do saber e do poder. Nesse sentido, mergulhando na história social da Cartografia, nota-se como os mapas e mapeamentos foram naturalizados para atender os interesses do capitalismo, apagando os saberes e fazeres territoriais dos povos subalternizados. Contra isso, desde a década de 1980 surge perspectivas plurais que, a partir de indisciplinamento da Cartografia feito por agentes externos e povos subalternizados, tencionam leituras críticas e lutas sociais do território. Assim, partiremos dessas reflexões para buscar alternativas que radicalizem e fortaleçam os saberes-fazeres dos povos subalternizados.

Palavras-chave: Cartografia Moderna. Indisciplinamento. Povos Subalternizados.

TRAJECTORIES OF CARTOGRAPHY: FROM COLONIALITY TO DECOLONIALITY

ABSTRACT

This article seeks to show the trajectory of Cartography from coloniality to decoloniality, with the aim of discussing the role of cartographic activism against the project of the colonial world-system established in modernity to impose the domination of territory, being, knowledge and of power. In this sense, delving into the social history of Cartography, it is possible to notice how maps and mappings were naturalized to meet the

* Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato da UFPE (LEPEC/UFPE), E-mail: cassio.expedito@gmail.com

** Mestra em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora de Geografia no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp/ UFPE), E-mail: brendamartoni90@gmail.com

*** Bacharel em Serviço Social/ UNICAP, Especialista na Gestão de Emergência e Desastres/ ESUDA, Mestranda no PPGeo/2021- UFPE, Pesquisadora do ENPLAGEO- UFPE, E-mail: keila.ferreira@ufpe.br

interests of capitalism, erasing the knowledge and territorial practices of subalternized peoples. Against this, since the 1980s, plural perspectives have arisen, which from the undisciplined Cartography by external agents and subalternized peoples, intend critical readings and social struggles in the territory. Thus, we will start from these reflections to seek alternatives that radicalize and strengthen the know-how of subalternized peoples.

Keywords: Modern Cartography. Indiscipline. Subalternized Peoples.

TRAYECTORIAS DE LA CARTOGRAFÍA: DE LA COLONIALIDAD A LA DECOLONIALIDAD

RESUMEN

Este artículo busca mostrar la trayectoria de la cartografía desde la colonialidad a la descolonialidad, en un intento de discutir el papel de la actividad cartográfica en relación con el proyecto del sistema-mundo colonial establecido en la modernidad para imponer un dominio de territorio, ser, conocer, y hacer poder. En este sentido, mezclando la historia social de la cartografía, observe cómo mapas y mapas se naturalizan para atender los intereses del capitalismo, extinguiendo los saberes y factores territoriales de dos pueblos subalternizados. Contrario a esto, desde la década de los ochenta han surgido múltiples perspectivas, que desde la indisciplina de la cartografía producida por agentes externos y pueblos subalternizados, pretenden lecturas críticas y luchas sociales en el territorio. Así, saldremos luego de reflexiones en busca de alternativas que radicalicen y fortalezcan los factores-conocimiento de dos personas subordinadas.

Palabras clave: Cartografía moderna. Indisciplina. Pueblos subalternizados.

INTRODUÇÃO

Considerando a essência dos pressupostos da colonialidade um dos elementos característicos é o poder capitalista, que encontra-se amparado na imposição de uma classificação social que prevalece em diversos planos da existência social (QUIJANO, 2014), o presente trabalho busca fazer uma reflexão das trajetórias da cartografia desde a colonialidade à construção de uma perspectiva descolonial, buscando compreender como as imposições estão presentes nas práticas, objetos e na vida dos sujeitos que vivenciam esse processo, e que são inviabilizados durante muitos anos.

Considerando o sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2010) nas últimas décadas, busca-se uma proposta de abordagem geográfica, embrionária e descolonial, no intuito em compreender a relação entre a lógica territorial difundida proposta pela expansão colonial moderna e os processos de representação espacial propostos por esses. Assim, o cerne desse trabalho é questionar e compreender a aproximação, bem como a relação, entre sujeitos e processos na representação espacial. Para isso, parte-se do pressuposto de que a colonialidade esteve e está presente nos processos e produtos das representações espaciais que os definem. Esta proposta foi pensada a partir da inquietação acerca de uma justiça e a necessidade de outras formas e versões de representação de um mundo em uma dinâmica contemporânea e com novas lógicas organizacionais.

Cabe salientar que aqui toma-se o mapa não como uma imagem estática, que necessita-se contemplar, olhar narcisamente e se apaixonar pelo seu reflexo, mas um propulsor e provocador de reflexões sobre o espaço geográfico, levando a entender as colonialidades impostas de cima para baixo. Dessa forma, o mapa é apenas um começo de uma história que vai nos instigar para entender os acontecimentos espaciais (HARLEY, 2001; SEEMANN, 2013). Porém, a naturalização imposta a Cartografia não nos permite verificar as diversidades representacionais, levando as representações cartográficas fora desse eixo serem desconsideradas, abominadas. Por qual motivo? Não seguir a lógica hegemônica encravada no moderno-colonial mundo que foi iniciado nas grandes navegações, apagando outras epistemes de mundo (SANTOS, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2006).

OS MAPAS COMO REPRESENTAÇÕES DE INTERESSES UNILATERAIS NO MUNDO MODERNO

A Cartografia arquitetada na modernidade-colonialidade impôs um novo olhar sobre o território, naturalizando em sua geometria fria para atender as demandas do capitalismo, que não queria singularidades, experiências e fazeres territoriais. O território que se ergueu foi o posto por Fernandes (2009) como o da governança e o da propriedade.

Quando destaca-se a primeira perspectiva de Fernandes (2009) é notório ver o mapa como elemento crucial para erguimento de poder da nação, a ideia de unidade territorial, que espolia dos povos subalternizados para a expansão dos seus interesses. O autor lembra que este território se organiza em diversas escalas e instâncias, necessitando diferenciar estados, províncias, municípios e departamentos nesse processo. Este território pode ser exemplificado como o território da cidadania, instituído por política pública, sendo normativo, construído teoricamente, negligenciando o território da vida para uma lógica de desenvolvimento territorial do capital. Os mapas feitos propõem um interesse do capital, sendo preso na geometria colocada para universalizar os saberes-fazer de se orientar pelo mundo.

Fernandes (2009, p. 207) lembra que “As propriedades também são frações do primeiro, mas compõem o segundo território”. Este segundo território nos mostra as lutas entre classes, onde o espaço de vida e o espaço a serviço do capital é disputado. No entanto, a Cartografia moderna trouxe este esquadrinha do território para serviço da produtividade econômica do sistema, em que se territorializa as propriedades particulares, suas divisas, seus interesses e suas lógicas (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013). De tal modo, esse segundo território se apropria com estes mapas e mapeamentos

dos bens comuns dos povos e comunidades tradicionais para os interesses privados, fazendo com que água, terra e floresta sejam objetificados para fins privados.

Logo, verifica-se aqui a importância de mostrar como que a colonialidade impôs essa perspectiva de Cartografia e a necessidade de se fazer outras cartografias, vindo dos povos subalternizados. Essas trarão outros acontecimentos, em outros critérios, nos quais consigam nos dar mais suporte para compreender as problemáticas, os dilemas, os saberes-fazeres renegados, para nos fortalecer em busca da transformação e do ativismo.

Deve-se iniciar esse olhar sobre a colonialidade a partir de algumas inquietações propostas por Brian Harley (2009), quando faz um alerta acerca do protagonismo das “características geográficas” analisadas nos estudos relacionados aos mapas em detrimento das indicações de padronização e modelagem das características. Logo, omitir, assim, de forma sutil as possíveis afirmações é mais uma forma manipulada do saber, que se apropria e direciona a um grupo, classe ou etnia específico.

Os mapas, podem ser compreendidos como imagens carregadas de ‘valores’, e por isso, deixando de lado a proposta de apenas ser resultado de levantamentos, recortes, produções inertes e passivas do mundo, quando na realidade os mesmos devem ser considerados como contribuintes e participantes de um diálogo num mundo socialmente construído (HARLEY, 2009). Entende-se, portanto, que os mapas não são imagens isentas de ideologia, e que, por intermédio de seus estilos, simbologias e formas, são uma busca pela representação do mundo que articulam, imaginam e estruturam o mundo (HARLEY, 2009; SEEMANN, 2013).

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2006) nos lembra a necessidade de adentrarmos a história para ela nos comunicar, saindo da visão unilinear de tempos, notando que houve simultaneidade de mundos com sucessões que foram silenciadas nessas cartografias. Temos que abrir a multiplicidade de temporalidades e lugares. Porém, para isso é urgente notar que “o espaço é apropriado, marcado, grafado (geografado) no processo histórico tendo, assim, uma historicidade, esse fato nos impõe a necessidade de levar a sério essa geograficidade da história, inclusive, no campo das idéias (*sic*), do conhecimento” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 43). Dessa forma, Porto-Gonçalves (2006, p. 43) continua afirmando a necessidade de apontar o ponta pé inicial da colonialidade, que surge na “missão ibérica, ao mesmo tempo em que estava consagrada pelo Deus cristão, se ancorava na melhor ciência matemática, cartográfica, náutica em suas grandes navegações”.

O ato de mapear não se faz apenas decalcando o território em mapas, empregando técnicas de precisão e neutralidade para fazer um espelho da natureza, mas envolve sua dimensão social, histórica e cultural (HARLEY, 2001). É nesse sentido que Harley (2001) aponta a necessidade de entendermos as forças internas e externas que o cartógrafo possui no ato de produzir as representações cartográficas. Para esse autor, os fatores internos são postos pelos conhecimentos, experiências, capacidades, domínios e processos psicológicos. Já as condições externas são os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, etc., que se envolvem com os internos para compilar e selecionar as informações que serão mapeadas.

Sobre essa questão acima, Harley (2001) adverte que muitos cartógrafos, antes de construir a informação cartográfica, recebe ordens de um chefe, que é o dono da representação cartográfica e usa para prosperar a colonialidade. Desde administradores dos governos, dirigente de corporações, eclesiásticos de alguma religião, proprietário de latifúndios ou forças militares, sempre há uma finalidade de poder e dominação atrás dessas ordens e por isso precisamos analisar.

Assim, as imagens cartográficas tornam-se elementos para comunicar, conservar, sustentar, manter, controlar, o poder desses “donos” sobre o espaço geográfico. Sobre isso, Jean-Marc Besse (2008, p. 20) considera que a representação cartográfica “seria um discurso vinculado as intenções políticas em particular, portanto vinculado a um contexto, e destinado a produzir efeitos de poder na sociedade e na cultura”. Esta perspectiva desloca desses mapas o direito inviolável de representar o mundo da subalternidade, fazendo com que prospere durante séculos a visão colonizadora do mundo, sendo essa dita como uma forma ‘única’, ‘válida’ e ‘verdadeira’ de representação do espaço.

Essa primeira reflexão nos leva a um diálogo envolvendo o processo de confecção das representações espaciais, assim como as lógicas e interesses que regem toda esta iniciativa. Nesse sentido, partindo da hipótese de que o mapa, como se conhece, mesmo possuindo uma função fundamental para a sociedade contemporânea, pode ser compreendido apenas como uma maneira de se organizar e sistematizar as informações de forma gráfica para os ideais da colonialidade do ser, do saber e do poder, alienando e concentrando informações para a elite (SANTOS, 2012).

Vale salientar, como nos lembra Latour (2016), que o ato de fazer ciência nessa lógica moderna conduz a olhar das tecnologias serem excelentes ferramentas para se ter um conglomerado de informações em um banco de dados. Por isso, desde que a modernidade impôs as ciências tratando o espaço como a melhor maneira de abarcar fidedignamente e sem interferência o espaço geográfico, sendo este um produto, um espelho da realidade, pois

Através de seus olhos, grades e arquiteturas, as ciências espacializaram e produziram o mundo em que habitamos. E, de fato, esta é talvez a questão crucial: os mapas fornecem as próprias condições de possibilidade para os mundos que habitamos e os assuntos que nos tornamos. (PICKLES, 2004, p. 5)

Foi nessa conjectura que se instaurou a visão positivista, onde “a realidade poderia ser expressa em termos matemáticos e os objetos mapeados seriam reais” (SEEMANN, 2013, p. 97). Por isso, Seemann (2013, p. 97) assinala esse momento da modernidade como o ponto central de colocar a Cartografia de forma inquestionável, baseada no arcabouço do trabalho de campo (observar e medir sistematicamente) como “único caminho para a verdade cartográfica”. De tal modo,

Mapas e mapeamentos precedem o território que eles "representam". Exatamente como os fatos científicos são produzidos através da sobreposição e repetição de referências circulantes (Latour, 1999), (...) os territórios são produzidos por sobreposição de inscrições que chamamos de mapeamentos. (PICKLES, 2004, p. 5)

Denis Wood (2010) mostra que este dogma científico postulado para a Cartografia, com raízes nas lógicas do capitalismo comercial, fez a representação cartográfica nos moldes euclidianos (da colonização) naturalizar os modos de ver e pensar o espaço geográfico. Por conseguinte, esse regime visual colocado nessa naturalização não nos permite verificar o mapa para as questões cotidianas do território, mas apenas como uma ferramenta de pesquisa científica, status acadêmico, instrumento para levantamento/exploração geográfica, liquidação e administração colonial (COSGROVE, 2008).

Fonseca (2007), ao tratar sobre esse tema indica a necessidade de verificar que “o espaço cartográfico euclidiano não é a encarnação do espaço geográfico, apenas uma representação possível, fácil de ser historicizada” e o espaço geográfico pode ser expresso por inúmeras representações. Todavia, não se consegue fugir desse espaço euclidiano, que “supõe a continuidade (nada de lacuna) e a contiguidade (nada de ruptura), mas também a uniformidade (métrica constante em todo ponto)” (LÉVY, 2003, p. 351).

Para Fonseca (2007, p. 94), este espaço métrico, como é denominado na matemática, traz um notável porte, tendo uma força “de apreensão matemática-geométrica do espaço, que não é exagero afirmar-se que estamos diante de um verdadeiro paradigma: um paradigma euclidiano”. Assim, nesse paradigma é restringido a ideia de mapa como meio de orientação e localização, trabalhando em um espaço plano, liso, prévio, singular, natural e irrefutável, levando a recusa de outros modos de representação (FONSECA, 2007).

Ressalta-se que aqui não se quer abolir os mapas feitos nessa perspectiva, pois há uma importância e contribuição no processo de demarcação e territorialização ao longo da história. Entretanto, estes não devem ser vistos como a única maneira de representar os fenômenos geográficos existentes no mundo (SEEMANN, 2013), pois não conseguem trazer as questões sociais, políticas e culturais, especialmente dos povos oprimidos, silenciados, marginalizados e excluídos. Neste sentido, Lévy (2008) argumenta a necessidade de não se olhar o mapa como a encarnação do espaço, mas como um espaço, construído e operado em um sentido político-social. Logo, deve-se entender que:

(...) o mapa evolui segundo um duplo movimento: uma especialização progressiva para uma linguagem propriamente cognitiva, eliminando as dimensões do mito e do imaginário e valorizando os usos técnicos: navegação, manobras militares, gestão administrativa e jurídica; uma formalização geométrica e uma precisão geodésica que dão origem à cartografia matemática. Este segundo aspecto pode ser considerado como independente do primeiro, porque já estava presente nos gregos. Com seu “diafragma” (oeste-leste) e sua “perpendicular” (norte-sul) se cruzando em Roma, Dicearco (347-285 A.C.) corporifica, independentemente dos conhecimentos concretos do planeta, a idéia de latitude e de longitude, um caminho continuado durante os cinco séculos seguintes por Eratóstenes, Hiparco e Ptolomeu para alcançar o esboço de uma cartografia geométrica, da qual podemos considerar Mercator (1512-1594) como o continuador. (LÉVY, 2008, p. 155-156)

Então, a partir das coordenadas geográficas sistematizadas e difundidas por de Ptolomeu, tornaram os mapas importantes armas da expansão colonial moderna. Dessa forma, essa sistemática apoiava o exercício direto do poder territorial, funcionando como um instrumento de comunicação, dominação entre metrópole e colônia. Este poder, que crescia e avançava em diversas direções por intermédio dos mapas, também homogeneizava tudo por onde ‘passava’ e uma representação simples no papel poderia decidir o futuro de inúmeras culturas. Deste modo foram estabelecidas as divisões do espaço geográfico, dissociadas de suas responsabilidades (HARLEY, 2009).

Essa situação faz corroborar as perspectivas postas por Rodrigues (2005), que reforça a importância histórica da Geografia para a construção do espaço colonial. Ele argumenta para essa análise dois pontos. No primeiro, o mapa delimita e nomeia, assumindo assim, a capacidade de circunscrever, reunir, separar, excluir, rasurar. Já no segundo,

Por outro lado, a concepção dos mapas políticos serviu o incessante desenho e redesenho das fronteiras políticas exigidas pelas contendas decorrentes das pretensões expansionistas das potências coloniais. [...] Estes cortes e recortes do mundo convertem, facilmente, os mapas em poderosos instrumentos de controle, de regulação e de dominação sociais, culturais e políticas ao serviço, não só, da construção de impérios coloniais como também da manutenção das suas lógicas de dominação na época pós-colonial. (RODRIGUES, 2005, p. 2)

Nesse contexto, os mapas iniciaram sua função central, que é controle e produção do território. Os mapeamentos serviam também como forma de cadastro das posses, como um inventário, que de forma sutil, invadiam o cotidiano da sociedade, feito um símbolo gráfico de controle espacial.

Segundo Rodrigues (2005) no continente americano, onde as atualizações de mapas no início do século XVI apagam qualquer nomeação pré-existente, reforçando assim, que as metrópoles europeias produziam e usavam os mapas a serviço de seus próprios interesses. Por isso, essa Cartografia moderna-colonial foi instrumento crucial para a criação desse discurso que se solidificou em nossas mentes (WOOD, 2010). Além disso, houve a naturalização das regras sociais e técnicas nas produções cartográficas, dentre as quais: a etnocentralidade; a eurocentralidade e; as ordens sociais na transcrição do mapa (WOOD, 2010).

Os mapas disciplinam o espaço e as representações do espaço, para além de sua produção e uso, sendo então considerados conhecimentos da ciência geográfica que irão corroborar tal validação. As representações produzidas e validadas pelos geógrafos e cartógrafos dos séculos passados até os dias atuais eram e ainda são utilizadas como instrumento de poder, que possibilitaram e possibilitam ter a apropriação de terras e recursos “às custas daqueles que não podiam(podem) contesta-las” (HARLEY, 2009, p. 6-7, grifos nosso).

Portanto, a Cartografia moderna, em conjunto com a Geografia e dos interesses dos poderes hegemônicos, contribuiu fundamentalmente para a consolidação e propagação de um projeto específico de mundo, moderno, colonial e europeu, e que os esforços descoloniais buscam identificar e superar essas perspectivas. Walter Mignolo (2005), refletindo acerca do debate pós-colonial, esclarece o modo com que essas proposições autônomas não possui uma importante mudança paradigmática e epistemológica. É por essa questão que afirmamos a necessidade da descolonização do ato de pensar, ressaltando o caráter variado dos legados coloniais. (MIGNOLO, 2005)

Salienta-se que legados coloniais podem ser percebidos como o “imaginário colonial no presente que mantém contradições não resolvidas no passado.” (MIGNOLO, 2005) Neste texto, entende-se que uma destas contradições seja a lógica de organização e apropriação do espaço difundida pela modernidade colonial ocidental, no qual compete aos mapas a tarefa de sustentar esse imaginário de mundo. Entendendo serem os mapas as representações espaciais socialmente mais utilizadas e confeccionadas, seguindo as bases da cartografia moderna, entende-se que estes se configuram como um importante legado colonial da lógica de organização e apropriação do espaço ‘inventada’ na modernidade colonial europeia.

Partindo dessa reflexão feita que propomos uma abordagem geográfica, sobretudo descolonial, desde os processos de representação espacial e suas dinâmicas, ou mais especificamente, de como estes carregam implicitamente uma lógica de organização espacial hegemônica perpetuada a séculos. Esta lógica de organização espacial teve seu início no processo dos Estados territoriais modernos, que se alargaram entre os séculos XIII e XIV no que hoje conhecemos como Europa, alcançando sua consolidação na península e estruturando assim as “monarquias territorialmente centralizadas” conforme apontado por Porto-Gonçalves (2010). Contudo, com o encontro destas monarquias no final do século XV inicia o processo que provocou as transformações até hoje as lógicas de organização espacial, e diversas outras dimensões sociais.

Assim, ao pensar no momento em que os europeus se deparam com o destino do mundo se transforma drasticamente a trajetória escrita pelos Estados territoriais europeus em diversas partes do planeta, permitindo interpretações dos projetos que estes colocavam em curso e os reflexos destes até os dias de hoje. A consolidação de um sistema de proporções globais impôs um modelo de organização espacial que apesar de passar por alterações vêm sendo naturalizado com o passar das épocas (PORTO-GONÇALVES, 2010).

O documento que permite a manutenção e perpetuação deste modelo foi o tratado de Westfália (1648), também conhecido como a “paz de vestfália”, que apoia a reflexão de Porto-Gonçalves (2010) que chamou de “territorialidade inventada” pelos monarcas europeus. Este tratado promoveu os conceitos de “soberania estatal” e “estado nação”, sustentando assim, a conformação do Estado territorial enquanto um espaço sócio-político.

Desta forma, Porto-Gonçalves (2010) discute a necessidade de se desnaturalizar o conceito de território e com isso entender que a naturalização influenciou diretamente a construção da ciência moderna, e consequentemente, a cartografia moderna. Vale destacar que a lógica perpetuada através desta naturalização do conceito de território pode ser adotada como um exemplo de legado colonial fortemente presente nos dias atuais, pois, encontra-se concebida em diversas práticas, processos e instituições.

Consideramos os mapas e os processos de representação espacial convencionais como oficiais e que perpetuam essa lógica de organização espacial da modernidade colonial europeia. Destacamos, ainda, que os mesmos apresentam inúmeras potencialidades e possibilidades de seus usos, que podem e devem ser apropriados e utilizados estrategicamente em diversos âmbitos da vida social.

OUTRAS REPRESENTAÇÕES COMO FORMA DE ATIVISMO CARTOGRÁFICO EM UMA PROPOSTA DESCOLONIAL

Rocha (2015, p. 29) demonstra que inúmeras disciplinas científicas, cada vez mais, exibem “movimentos plurais de ruptura com as narrativas hegemônicas”. Em meio a uma reflexão sobre a modernidade, novas narrativas ganham espaço, assim como discussões e representações vão desconfigurando as normas e padrões empregados tradicionalmente. Assim, “A cartografia oficial do Estado, cartesiana e positivista, é deslocada de sua exclusividade e incontestabilidade” (ROCHA, 2015, p. 29), dando espaço ao surgimento de:

Uma vastidão de produtos, processos, práticas e experiências que dão outro sentido para o uso da cartografia, nos quesitos forma, conteúdo e processos de produção. Mapeamentos empreendidos por populações marginalizadas a partir de experiências coletivas, produções cartográficas realizadas por artistas que enfatizam suas potencialidades estéticas subversivas; cartografias de protesto que denunciam os efeitos destrutivos de projetos desenvolvimentistas; abordagens participativas na construção crítica de conhecimento; são alguns casos desta diversidade de narrativas em processo de emergência e visibilidade, que se tornam evidentes neste momento chave da história da cartografia. (ROCHA, 2015, p. 29)

Rocha (2015) nos chama a atenção para a complexidade e riqueza do momento presente que envolve muito mais do que apenas uma crise e seus desdobramentos fundamentais, como tudo aquilo que acompanha o processo. Questionamentos acerca da soberania do racionalismo científico, críticas à Geografia, assim como ao modelo convencional de cartografar, que nos tira de uma zona de conforto e nos permite o surgimento de uma diversidade de “[...] outras formas de fazer e pensar a cartografia” (ROCHA, 2015. p. 29), aparecem no nosso mundo atual.

Este momento de reconhecimento das diversidades, que há tempos eram “invisibilizadas” por uma intencionalidade, nos mostra os elementos que durante anos foram encobertos pela dita neutralidade da racionalidade científica. Pensando nas colocações de Boaventura de Sousa Santos, Rocha (2015) demonstra como existe uma “lógica monocultural da modernidade” que distancia-se de qualquer subjetividade possível no processo de produção das representações espaciais.

A reflexão do autor reforça a existência de apenas uma cartografia possível dentro do discurso monocultural da modernidade europeia, o mapa, que é idealizado como um “artefato rígido e estático, e cria o mito de que os métodos científicos que as sustentam são as evidências de sua objetividade” (ROCHA, 2015. p.31). E assim a cartografia, dita como representação oficial, ganha o direito a chancela, de decidir o que é relevante ou não. Mesmo diante das inúmeras dificuldades de trazer e

exaltar as problemáticas que residem nesta forma de acontecer da cartografia europeia, concorda-se com Rocha quando propõe que “elas criam um conjunto de discursos, práticas e instituições que possuem faces geográficas associadas aos seus desdobramentos no espaço e no discurso sobre o espaço” (ROCHA, 2015, p.30).

Desses apontamentos trazidos entende-se que as consequências espaciais nas práticas cartográficas podem ser apropriadas e subvertidas em favor daqueles que, durante séculos, tiveram sua cultura, formas de reprodução e apropriação desqualificados pelo discurso da modernidade europeia. Dessa forma o autor compartilha suas ideias ao dizer que:

A cartografia, forma de representação do espaço por excelência, desempenha funções relevantes para estes dois sentidos de movimentos: a) Enquanto representação do espaço atua na sua transformação, como ferramenta que produz, dialeticamente, o espaço geográfico material e simbólico; b) Enquanto uma das formas de representação do discurso geográfico, atua sobre este, produzindo também de forma interacional e conflitiva. (ROCHA, 2015, p.30)

Assim, ele se posiciona defendendo que as representações espaciais possuem uma relação estrita com as transformações nos espaços e com a elaboração de discursos geográficos (ROCHA, 2015). Entende-se que existe uma vinculação fundamental entre estes, “uma vez que a produção do espaço implica em formatar discursos sobre este [...] a construção do discurso geográfico também possui seus impactos na forma como nos apropriamos do espaço e o produzimos” (ROCHA, 2015, p. 31).

Salienta-se que, “a corrida da expansão territorial dos embrionários Estados europeus requisitou à cartografia um teor de objetividade e realismo diferente dos mapas produzidos no período da Idade Média” (ROCHA, 2015, p. 32). Isso promoveu um modelo de cartografia que transformou-se e vem consolidando-se cada vez mais com o passar dos anos. Logo, essas representações cartográficas foram produzindo e propagando, tanto discursos da ciência geográfica quanto transformações espaciais por todo o mundo.

Em meio a essas situações, novas formas e alternativas de se representar o espaço estão surgindo, buscando uma posição em um campo em constante disputa da cartografia. Santos (2012), em seu trabalho, busca explorar as disputas cartográficas, a partir das relações de poder que envolvem tanto o processo de representação espacial, quanto sua validação e os efeitos destes na sociedade. O autor sugere a distinção de três esferas centrais que explicitam a natureza das disputas cartográficas:

O tensionamento das relações de poder que elas trazem nos aparecem em três esferas centrais: no processo de produção cartográfica, em que atores (movimentos sociais, gestores públicos, cartógrafos, etc.) disputam a participação na elaboração dos instrumentos de representação cartográfica; no objeto cartográfico, em que se disputa o que se cartografa e como se cartografa; no uso da cartografia, que cada vez mais aparece como um instrumento de grupos desfavorecidos. Operamos com a idéia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar “ativismos cartográficos”, formado pelo imbricamento de diferentes formas de intervenção. Estas formas, mesmo que antagônicas, social e politicamente multilocalizadas (seja em esferas do Estado, em movimentos sociais, organizações de base comunitária, instituições de pesquisa, ONGs, empresas, etc.), devotadas a intenções convergentes ou opostas, se influenciam, compartilham saberes, acúmulos, experiências, e retroalimentam a crítica à cartografia. É neste sentido que propomos a ideia de “ativismos cartográficos” para compreender este campo de tensões produzido na relação entre novas formas de cartografar e disputas sociais. (SANTOS, 2012. p. 1-2)

De tal modo, nota-se que o ativismo cartográfico distancia-se das propostas tradicionais da cartografia, pois, buscam representar, de forma a romper estrategicamente com as convenções cartográficas. Temos de entender que as etapas do processo de representação espacial são atravessadas por este tensionamento, desde a decisão, passando pela confecção ao uso do produto final, o que amplia a possibilidade de alternativas ao nosso ver. Dessa forma, entende-se o ativismo cartográfico como uma alternativa de transformação, releitura e reconstrução nos processos de representação espacial, se alinhando ao que propõe Silva (2015, p.09), podendo ser compreendida “[...]como possibilidade de oferecer e vocalizar narrativas dos sujeitos violados e das formas de violação que se abatem sobre elas”. Logo, é um processo de representação espacial que parte das relações sociais e de suas visões sobre o(s) espaço(s), fazendo com que a sua concepção seja, necessariamente, um posicionamento crítico e social, pois surge para:

(...) aproximar e resgatar memórias contra ideologias do esquecimento e da tentativa de alienação das pessoas e de seus territórios de articulação de sujeitos sociais conscientes da necessidade de transformação a partir de seus diferentes territórios de resistência e luta. (SILVA, 2015, p. 09)

Além das transformações nos sentidos internos dos processos de representação espacial, retoma-se a importante contribuição feita por Ascelrad (2013), em que propõe um aumento das envergaduras da cartografia para o seu sentido social. Nesse ponto,

A legitimidade conferida ao processo de informação cartográfica e sua divulgação entre diferentes atores sociais se constitui como um elemento importante para a ação política das comunidades, pois contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações,

identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos; fortalece organizações indígenas; e amplia diálogo entre os povos indígenas e as instituições governamentais e não governamentais. (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, p.17-18)

Por esse sentido, se não pensarmos a descolonialidade dos mapas e mapeamentos, contextualizados à realidade social, continuaremos à propaga-los como produtos das ficções e teatros político-sociais que servem para narrar a história do capital. Nessa lógica, temos de tencionar a que ponto a cartografia desse mundo moderno-colonial controla e aponta o rumo da nossa vida. Pelo que vimos anteriormente, a hegemonia do mundo controla a geopolítica dos mapas. A criação da colonialidade pelo ato de nomear, fragmentando o território para buscar seu papel geoestratégico e apagando as cartografias com suas epistemologias só foi realizado pela existência desse mapa moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Tendo este entendimento, a partir de Crampton e Krygier (2008), verifica-se a urgência de usar mapas e mapeamentos para as leituras críticas e lutas sociais. Para estes autores, o ato de mapear tem fugido do controle da elite que dominou durante séculos para seus interesses. Santos (2012, p. 3) dialoga três pontos que emergem nesse movimento dos mapas e mapeamentos para o ativismo cartográfico, que são: “uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; possibilidades e limites da representação cartográfica (...); e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa (uma arena)”.

Vale lembrar, conforme Santos (2007), que essa cartografia moderna trouxe uma dualidade epistemológica e jurídica, sendo constituída por instituições de pesquisa, jurídicas e ensino, as linguagens técnico-científica e a jurisprudência, além do debate legal/ilegal, verdadeiro/falso. Assim, “Juntas, essas formas de negação radical produzem uma ausência radical: a ausência de humanidade, a subumanidade moderna” (SANTOS, 2007, p. 76).

Segundo Rocha (2015), este foi um projeto civilizatório do sistema-mundo moderno-colonial, que buscou colocar uma monocultura em escala nacional até o século XX. Essa fez com que houvesse a naturalização cartográfica, cartografia neutra, silenciadora e antissocial para atender os interesses do capitalismo (HARLEY, 2001).

No entanto, Crampton e Krygier (2008, p. 85) colocam que as elites fazedoras de mapas – as quais são “as grandes oficinas de mapas do Ocidente, o Estado e, em menor medida, os acadêmicos” – estão sendo desafiadas “por dois importantes acontecimentos”. O primeiro é que com a

democratização cartográfica, pelos avanços dos computadores e acessos aos dados, a produção de mapas, mapeamentos e dados espaciais tem saído dos cuidados de especialistas. Essa transição tecnológica que a cartografia vem passando trouxe softwares e ferramentas livres, mapeamentos móveis e geodenominação, que, aliado ao computador pessoal e conexão de internet, faz as pessoas poderem representar o espaço. Aliado a isso temos o crescimento da teoria social dos mapas, iniciadas pelo movimento da Nova História da Cartografia (NHC), que J. Brian Harley foi um dos pioneiros, trazendo críticas e pensando o teor político-social dos mapas, não os vendo como documentos neutros. Assim:

Esse golpe duplo – um conjunto amplo de práticas imaginativas de mapeamento e uma crítica ressaltando a política do mapeamento – indisciplinou a cartografia. Isto é, essas duas tendências resistem e desafiam a prática e o método de mapeamento recebidos e estabelecidos quando a cartografia tornava-se uma disciplina acadêmica. Essa “insurreição de conhecimentos” (Foucault 2003: 9) não ocorreu sem luta e reação. Está operando de baixo para cima de maneira difusa, sem controle de cima para baixo. Ainda assim, trata-se de um movimento que persiste com ou sem o envolvimento da disciplina acadêmica da cartografia (Wood 2003). É nesse sentido que podemos dizer que a cartografia está sendo indisciplinada: isto é, libertada dos limites acadêmicos e aberta para a população (CRAMPTON e KRYGIER, 2008, p. 85-86).

A cartografia indisciplinada tem sido clamada por distintas concepções conceituais e metodológicas, conforme afirma Acselrad e Viégas (2013). No entanto, estes autores defendem o termo cartografia social, que definem “como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 17). Eles também ressaltam que é preciso notar cada contexto, propósito, uso, desestabilizar forças de dominação que os grupos usam para denominar cartografia social. Os mapas e mapeamentos só serão denominados como sociais quando questionarem a situação de subalternidade, colonialidade e trazerem as experiências de resistências, seguindo as finalidades proposta pelos seus mapeadores, levando-os aos ativismos cartográficos.

Nesse sentido, como processo de disputa, projetos de mapeamentos sociais, como ‘As Expedições Cartográficas de Detroit’, ‘Os mapeamentos promovidos pelo conselho intermunicipal dos prefeitos da França na *Caisse des Dépôts*’, ‘A Iniciativa de Pesquisa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (LLILAS) no Mapeamento Participativo’, ‘Projeto México Indígena’, ‘Descartografia/Recartografia’ e ‘Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)’, colocam em jogo em um sentido macroescalar, esse ato de mapear socialmente. Contudo, esse ato põe em xeque o debate sobre a relação dessas “instituições que se relacionam com essas experiências como

doadores e financiadores” (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 19). Por essa perspectiva, Rocha (2015, p. 147) lembra que “O financiamento do PNCSA constantemente é alvo de questionamentos por pesquisadores da área, pois grande parte dos recursos que sustentam o projeto é angariada pela empresa estadunidense Fundação Ford”.

Ressalta-se que o PNCSA traz detalhes de várias comunidades e regiões, como a região amazônica, onde as abordagens participativas são feitas com os povos e comunidades para ver suas concepções, caracterizações, uso da terra, inventários das informações necessárias para o planejamento e garantia de direitos. Há, portanto, a capacidade analítica dos atores no domínio do território baseado nas cartografias, as análises sistemáticas e o confronto entre duas abordagens através dos saberes locais, concretos e pragmáticos, onde pode nascer a compreensão dos fenômenos que transformam o território.

Nesse sentido, não se pode permitir que estes saberes e fazeres territoriais sejam desviados para fins da colonialidade. É por esse sentido que Girardi (2016) nos lembra a necessidade de notar os papéis dos agentes externos (mapeadores vindo das mais diversas instituições) e a população local nesse ato de mapear (figura 1). Baseado em um esquema feito por Chambers (2006), Girardi (2016) coloca que as ações podem gerar perspectivas totalitárias até automobilizadora. Cada uma dessas perspectivas vai atender uma finalidade, mas cabe notar que onde a autoria/propriedade está na população local, essa se torna dona da iniciativa, onde vai narrar seus fatos e vai ter apoio dos agentes externos, delegando a estes a autoria/propriedade os mapas feitos correm o risco de serem propagadores dos ideais da colonialidade do ser, do saber e do poder. Dessa forma, Girardi (2016, p. 86) assinala que “a cartografia social, não é, portanto, uma subcategoria da cartografia com apelo social, mas um uso dos objetos cartográficos como estratégia de luta social”.

Figura 1 – Níveis de participação com os papéis e atividades dos atores

	Objetivos do agente externo	Regras e relações		Ações		Autoria/ propriedade
		Do agente externo	Da população local	Do agente externo	Da população local	
Totalitário	Controle político estatal	Ditador	Escravo	Comando ↑ ↓ Apoio	Obediência ↑ ↓ Iniciativa	Do agente externo ↑ ↓ Da população local
Nominal	Legitimação cosmética	Manipulador	Fantoches			
Extrativo	Obtenção de conhecimento local para melhorar o planejamento	Pesquisador/ planejador	Informante			
Induzido	Ampliação de ações por meio de incentivos materiais	Empregador	Trabalhador			
Consultivo/ Instrumental	Aumento de efetividade e de eficiência	Economizador racional	Colaborador			
Parceria	Partilha de responsabilidade e de poder	Parceiro	Parceiro			
Transformativo	Facilitar o desenvolvimento sustentável pela população local	Facilitador/ catalisador	Analista/ator/ agente			
Auto-mobilizador	Apoio a ações espontâneas	Apoiador	Protagonista/ controlador			

Fonte: Chambers (2006 adaptado por GIRARDI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões realizadas ao longo deste trabalho, alguns apontamentos são importantes para sinalizar. O primeiro é que ainda são pouquíssimos os trabalhos na perspectiva da Cartografia Social conseguem deixar a autoria/propriedade para a comunidade. Por qual motivo? Será que pela temática ser nova? A força do sistema moderno-colonial? A dificuldade de pensar mapas além dessa perspectiva?

Ainda não temos respostas para essas questões elencadas acima. Porém, entendemos que existem alguns dilemas que precisamos nos aprofundar, tais como: a falta do uso dos mapas para radicalidade; a falta de subversão da Cartografia moderna e; o fortalecimento/potencialidade do empoderamento dos povos subalternizados.

Sobre a primeira questão, mesmo com a democratização cartográfica, há poucos trabalhos onde os mapas são usados na perspectiva radical. É preciso refletir sobre a reflexão de Wood (2010), em que as duas perspectivas centrais existente na cartografia de cunho social, uma para trazer à tona os problemas sociais e outra, mais radical, que serve para protestar e instigar a busca por soluções desses problemas. No entanto, a colonialidade do ser, do saber e do poder ainda não nos permitiu sair

de mapas que só mostrem os problemas sociais, mas que organizem a população para reivindicação, onde eles lutem e briguem pelos seus direitos. E esses direitos não devem seguir o sistema judiciário, político, econômico, social e cultural imposto pelas instituições que nasceram à luz da modernidade-colonialidade e do Estado. Deve-se adentrar em uma perspectiva transformadora/anarquista, opondo-se as hierarquias e dominações para vivenciarmos o mundo a partir da solidariedade e liberdade, como lutaram os povos originários em Abya Yala (nossos ancestrais).

Nesse sentido, há a necessidade de subverter essa Cartografia moderna. Não apagando o que foi construído até o presente, mas repensando, transformando e ajustando tudo que foi feito, vendo avanços e perspectivas, com intuito de entender que não existe uma única maneira de olhar o mundo. Como Crampton e Krygier (2008) salienta, esse ato indisciplinado faz com que as noções de espaço com seus conhecimentos e poderes sejam desafiadas, levando a outros tipos de mapeamentos, como os mapeamentos correntes, mapas como resistência e hackeamento de mapas.

Dessa forma, é necessária uma conscientização, fortalecimento, organização e visibilização para empoderar os povos subalternizados, antes de fazer mapas com todos estes processos críticos. Vivenciamos um contexto de pouca valorização e relevância desses mapas, onde as comunidades são apontadas como aqueles grupos sociais que não sabem se comunicar, organizar e propor a partir destes. Então, iniciativas de mapeamentos tem de estar acompanhadas de projetos descoloniais, emancipatórios, que contribuam para que os sujeitos entendam o que os torna subalternos e qual a sua força para modificar tais amarras. Nesse sentido, concorda-se com Santos (2014) de que os agentes externos necessitam realizar co-participação, co-labor-ação e co-criação, não sendo extrativistas. Se não fizer isso, estará reforçando a colonialidade para o saber-poder, excluindo, marginalizando e silenciando os saberes-fazer dos povos subalternizados.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p.15-40.
- BESSE, Jean-Marc. Cartographie et pensée visuelle. Réflexions sur la schématisation graphique. In: LABOULAIS, Isabelle (dir). **Les usages des cartes (XVIIe-XIXe siècle). Pour une approche pragmatique des productions cartographiques**. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg, 2008. p. 19-32.
- COSGROVE, Denis. Cultural cartography: maps and mapping in cultural geography. **Annales de géographie**, n. 660-661, p. 159-178, 2008.

- CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. **Uma introdução à cartografia crítica**. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 85-111.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. O potencial analógico da Cartografia. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 87, p. 85-110, 2007.
- GIRARDI, Gisele. Mapeamento participativo, cartografia social e crítica: breves notas para um debate sobre práticas cartográficas escolares. In: AGUIAR, Lígia Maria Brochado de; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira (Org.). **Conversações com a Cartografia Escolar: para quem e para que**. São João del Rei: UFSJ, 2016, p. 46-60.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HARLEY, J. Brian. Mapas, saber e poder. **Revista Confins**, n. 5., 2009.
- HARLEY, J. Brian. **The new nature of maps**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- LATOUR, Bruno. Os anjos não produzem bons instrumentos científicos. **Debates do NER** (UFRGS, Online), v. 2, p. 11-42, 2016.
- LÉVY, Jacques. Euclidien (Espace). In: LÉVY, Jacques e LUSSAULT, Michel. (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Tradução: FONSECA, F. P. e OLIVA, J. T. Paris: Belin, 2003.
- LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 153-167.
- MIGNOLO, Walter D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **Revista GEOgraphia**, v.7, n. 13, p. 7-28, 2005.
- PICKLES, John. **A History of spaces. Cartographic reason, mapping and the geo-coded world**. London: Routledge, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. **GEOgrafia**, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da. (Org.). **Geo-grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2010, p. 15-152.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora; 2014. p. 73-117.
- ROCHA, Otávio Gomes. **Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2015.
- RODRIGUES, Fátima da Cruz. Mapas: (Re)Cortes Coloniais. **O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC**, nº 1, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos**, v. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um Ocidente Não- Ocidentalista?: A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora; 2014. p. 467-507.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica da América Central**, v. 2, n. 47, p. 1-17, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais. Sobre representação espacial e jogos de poder. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica, Bogotá. **Actas del XII Coloquio Internacional de Geocrítica**, 2012.

SEEMANN, Jörn. **Carto-crônicas. Uma viagem pelo mundo da cartografia**. 2ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

WOOD, Denis. **Rethinking the power of maps**. Nova Iorque: The Guilford Press, 2010.